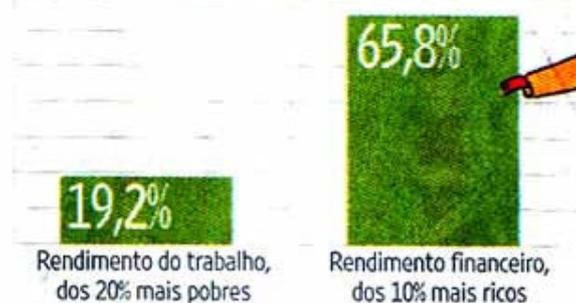


A "FINANCEIRIZAÇÃO" DA RIQUEZA

Varição do rendimento médio, em %, entre 2001 e 2004



RENTISTAS LIDERAM GANHOS NO BRASIL
Varição % entre 1995 e 2005



* Juros, lucros, renda da terra, aluguéis, outros
Fonte: IBGE (Pnad e PME), BC, Ministério da Fazenda e contas nacionais

Renda financeira do rico sobe 66%; a do trabalhador, 19%

Beneficiados por altas taxas de juros, rentistas têm ganhos reais superiores aos dos assalariados e atingidos por programas sociais

Setor público gasta com juros o dobro do que coloca em programas sociais como Bolsa-Família e benefícios subsidiados da Previdência

DA REPORTAGEM LOCAL

Ao declarar na semana passada ter R\$ 474,6 mil em aplicações financeiras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enquadrava-se no seletivo grupo de brasileiros "rentistas".

Os 10% mais ricos do país e que, como Lula, têm dinheiro aplicado a juros obtiveram um rendimento médio financeiro real (acima da inflação) de 65,8% entre 2001 e 2004.

Já os 20% mais pobres que vivem da renda do trabalho tiveram um aumento nos ganhos de 19,2% no mesmo período.

Ou seja, a renda do trabalho dos 20% mais pobres cresceu menos de 30% do aumento real da renda financeira dos 10%

mais ricos do país.

A evolução do ganho financeiro dos mais ricos é ainda quase três vezes superior ao crescimento batizado como "chinês" da renda dos 10% mais pobres entre 2001 e 2004.

No período, a renda desses 10% mais pobres subiu 23,3%, puxada pelos benefícios previdenciários vinculados ao salário mínimo e por programas sociais como o Bolsa-Família, segundo cálculos do economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas.

Os dados sobre a enorme diferença do crescimento da renda do trabalho entre os mais pobres e os ganhos financeiros dos mais ricos foram elaborados pelo economista Marcio Pochmann, da Unicamp.

Os resultados mostram também que nos últimos dez anos os ganhos obtidos pelos mais ricos com outras formas de renda (juros, lucros, aluguéis) cresceram a um ritmo 4,9 vezes

acima do da renda do trabalho.

"Os números revelam não ser exatamente verdade que o governo Lula faz uma opção só pelos pobres", diz Pochmann.

Hoje, os R\$ 80 bilhões que o governo gasta com 30 milhões de benefícios subsidiados totalmente (como o Bolsa-Família) ou parcialmente (alguns itens da Previdência) equivalem apenas à metade do que todo o setor público compromete para pagar em juros de sua dívida.

Por causa dos altos juros, os R\$ 474,6 mil de Lula no banco, por exemplo, chegam a render mais de dez salários mínimos por mês se estiverem aplicados a uma provável taxa de juros mensal ao redor de 1%.

Os juros pagos aos "rentistas" já se aproximam de tudo o que se arrecada em impostos. Em 2005, a carga tributária atingiu 36,5% do PIB (Produto Interno Bruto). A carga financeira apropriada pelos "rentistas", 32%. (FERNANDO CANZIAN)

CLASSE C BENEFICIÁRIA DE PROGRAMAS SOCIAIS VAI AO "PARAÍSO"

Consumo aumenta em todas as classes econômicas, em %

	Alimento	CDs piratas	Refrigerante	Perfume	Frios	logurte	Doce/ Chocolate	Salgadinho
Total	37	29	27	25	22	21	19	17
A/B (Total)	37	36	34	29	29	28	27	23
Classe C	41	35	31	30	27	25	23	19
Classe C*	52	46	38	40	33	31	27	22
Classes D/E	33	17	20	18	14	12	11	11
Eleitores de Lula	44	31	33	31	26	24	21	19
Eleitores de Alckmin	35	29	24	22	21	20	19	16

* Beneficiária de programas sociais como o Bolsa Família

AUMENTA O PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS

Consideram que ele "é pequeno e traz muitas dificuldades", em %



Fonte: Datafolha



Gasto público puxa a renda dos pobres; verbas para investimentos diminuem

DA REPORTAGEM LOCAL

Uma combinação de mais gastos diretos do Orçamento dirigidos aos pobres e de cortes em investimentos em infraestrutura, além de um cenário econômico positivo, explica a melhora na renda do eleitor.

À frente estão os benefícios fortemente subsidiados pagos pela Previdência e vinculados ao salário mínimo e a programas sociais como o Bolsa-Família. Os reajustes do salário mínimo acima da inflação (32,2% desde 2003), mais empregos (3,9 milhões formais), mais oferta de crédito e a queda da inflação (de 9,3% em 2003 para 4,5% projetados este ano) também têm forte peso.

Dados do setor de alimentos são eloquentes sobre os efeitos do aumento real do salário mínimo sobre a renda.

Em maio, quando beneficiários da Previdência e trabalha-

dores receberam o novo mínimo de R\$ 350 (que subiu 13,4% reais a partir de abril), as vendas do setor cresceram a uma velocidade muito superior a da variação geral detectada nos primeiros cinco meses do ano.

Analistas ouvidos pela **Folha** não acreditam, porém, que essa mesma conjuntura prevaleça em 2007 (leia texto à pág. A7).

Enquanto cresce o dinheiro repassado diretamente pelo governo à população, os investimentos em infraestrutura têm ido na direção contrária. Eles somam hoje 3% do gasto não-financeiro da União.

Estudo feito pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) mostra que os níveis de acesso a esgoto, coleta de lixo e água estagnou ou diminuiu nos dois primeiros anos do governo Lula para as famílias com renda per capita até meio salário mínimo. Isso ocorreu na média das dez prin-

cipais regiões metropolitanas.

Renata Bichir, uma das autoras do estudo, diz que a melhora da renda entre os mais pobres é incontestável. Sobre a queda nos investimentos, ela avalia ser uma "escolha política do governo em um cenário de 'cobertor curto'".

Segundo cálculos do especialista em contas públicas Raul Velloso, o Brasil paga hoje cerca de 30 milhões de contracheques a pessoas incluídas em programas totalmente subsidiados, como o Bolsa-Família, e fortemente subsidiados e indexados ao mínimo, como as aposentadorias rurais.

Os benefícios são considerados subsidiados porque quem recebe geralmente não contribuiu com a Previdência.

Os 30 milhões de contracheques pagos pelo governo sobem ano a ano e equivalem hoje a R\$ 80 bilhões/ano, ou 21,4% do gasto não-financeiro. (FCZ)